

22/09/2015

PRIMEIRA TURMA

**EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO
COM AGRAVO 761.481 SANTA CATARINA**

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
EMBTE.(S)	: SHIRLEY FUCHS
ADV.(A/S)	: MARLI MEURER MULLER BORGES E OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S)	: ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EMENTA

Embargos de declaração nos embargos de declaração no agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Segundos embargos que buscam a rediscussão de tema já decidido pela Turma nos julgamentos anteriores. Impossibilidade. Precedentes.

1. Não se conhece de segundos embargos de declaração cujo objetivo seja promover a rediscussão da causa.

2. Embargos de declaração dos quais não se conhece.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 22 de setembro de 2015.

MINISTRO DIAS TOFFOLI

Relator

22/09/2015

PRIMEIRA TURMA

**EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO
COM AGRAVO 761.481 SANTA CATARINA**

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
EMBTE.(S)	:SHIRLEY FUCHS
ADV.(A/S)	:MARLI MEURER MULLER BORGES E OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S)	:ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES)	:PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Shirley Fuchs opõe tempestivos embargos de declaração contra acórdão assim ementado:

“Embargos de declaração no agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Questões afastadas nos julgamentos anteriores. Não há omissão, contradição ou obscuridade a ser sanada. Precedentes.

1. No julgamento do recurso, as questões postas pela parte recorrente foram enfrentadas adequadamente. Inexistência dos vícios do art. 535 do Código de Processo Civil.

2. Embargos de declaração rejeitados.”

Insiste a ora embargante nos mesmos argumentos já expostos quando da interposição dos recursos anteriores.

É o relatório.

22/09/2015

PRIMEIRA TURMA

**EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO
COM AGRAVO 761.481 SANTA CATARINA**

VOTO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Não merece prosperar a irresignação.

As questões trazidas nestes declaratórios já foram discutidas nas razões do agravo regimental, sendo certo, também, que as referidas alegações foram rejeitadas por esta Turma no julgamento do acórdão ora embargado. Assim, incabível o conhecimento destes segundos embargos de declaração, cujo objetivo é promover o re julgamento da causa. Nesse sentido:

“EMBARGOS DECLARATÓRIOS – ACÓRDÃO PROFERIDO POR FORÇA DE IDÊNTICO RECURSO – ADEQUAÇÃO. Os segundos embargos de declaração somente são adequados quando o vício haja surgido pela primeira vez no julgamento dos anteriores” (AI nº 639.830/PI-AgR-ED-ED, primeira Turma, Relator o Ministro **Marco Aurélio**, DJe de 13/2/14).

“PROCESSUAL CIVIL. SEGUNDOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PETIÇÃO PROTOCOLIZADA EM TRIBUNAL DIVERSO. ENTRADA NA SECRETARIA DESTE TRIBUNAL FORA DO PRAZO. INTEMPESTIVIDADE. PRECEDENTES DO STF. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS” (RE nº 329.527/SP-AgR-segundo-ED-ED, Segunda Turma, Relator o Ministro **Teori Zavascki**, DJe de 13/11/13).

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PREVIDENCIÁRIO.

ARE 761481 AgR-ED-ED / SC

SEGUNDOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM A PRETENSÃO DE REEXAME DA MATÉRIA: NÃO CONHECIMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS” (ARE nº 706.943/RS-AgR-ED-ED, Segunda Turma, Relatora a Ministra **Cármem Lúcia**, DJe de 4/3/13).

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. EMBARGOS MANIFESTAMENTE PROTETATÓRIOS. APLICAÇÃO DE MULTA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS. I - Ausência dos pressupostos do art. 535, I e II, do Código de Processo Civil. II - Os embargos de declaração não constituem meio processual adequado para a reforma do decisum, não sendo possível atribuir-lhes efeitos infringentes, salvo em situações excepcionais, o que não ocorre no caso em questão. III - Aplicação da multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC, ante a verificação do manifesto caráter protetatório dos embargos declaratórios. IV - Embargos de declaração não conhecidos” (RE nº 582.258/MG-AgR-AgR-ED-ED, Primeira Turma, Relator o Ministro **Ricardo Lewandowski**, DJe de 10/8/12).

Não conheço dos embargos de declaração.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRADO 761.481

PROCED. : SANTA CATARINA

RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI

EMBTE.(S) : SHIRLEY FUCHS

ADV.(A/S) : MARLI MEURER MULLER BORGES E OUTRO(A/S)

EMBDO.(A/S) : ESTADO DE SANTA CATARINA

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Decisão: A Turma não conheceu dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Unânime. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Senhor Ministro Edson Fachin. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Luiz Fux. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 22.9.2015.

Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Roberto Barroso e Edson Fachin. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Luiz Fux. Compareceu o Senhor Ministro Dias Toffoli para julgar processos a ele vinculados, assumindo a cadeira do Senhor Ministro Edson Fachin.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odin Brandão Ferreira.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma